

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

NATHALIA MARCELA DA SILVA FERREIRA

RUANA MAYRA DA SILVA BARBOSA

THAYLLANE MARIA LOPES

**DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE  
QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS**

RECIFE/2021

NATHALIA MARCELA DA SILVA FERREIRA

RUANA MAYRA DA SILVA BARBOSA

THAYLLANE MARIA LOPES

## **DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Professor Orientador: Prof. Hugo Christian de Oliveira Felix

RECIFE/2021

S237p

Ferreira, Nathalia Marcela da Silva

Desafios para uma educação de qualidade em escolas públicas. / Nathalia Marcela da Silva Ferreira; Ruana Mayra da Silva Barbosa; Thayllane Maria Lopes.- Recife: O Autor, 2021. 29 p.

Orientador : Esp. Hugo Christian de Oliveira Félix

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Pedagogia, 2021.

1. Educação pública. 2. qualidade. 3. desafios. I. Centro Universitário Brasileiro. - UNIBRA.III Título.

CDU: 37

NATHALIA MARCELA DA SILVA FERREIRA

RUANA MAYRA DA SILVA BARBOSA

THAYLLANE MARIA LOPES

## **DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS**

Artigo aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, pelo Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA, por uma comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Professor Orientador

---

Professor(a) Examinador(a)

---

Professor(a) Examinador(a)

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

NOTA: \_\_\_\_\_

*Dedicamos esse trabalho a nossa família.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos primeiramente ao nosso Deus, pois sem Ele reconhecemos que não teríamos chegado até aqui.

As nossas famílias e amigos por todo apoio e incentivo durante toda a jornada acadêmica, a qual foi fundamental para cada integrante deste grupo.

Ao nosso orientador Hugo Felix que na elaboração do estudo nos dirigiu de maneira eficiente, não se limitando aos desafios que surgiram, mas sempre nos instruindo para o avanço da pesquisa.

A cada professor (a) que durante esses anos de curso nos proporcionaram momentos ímpares de aprendizagem a cada disciplina abordada nos períodos, e em suas particularidades nos guiando e encorajando a enfrentar qualquer dificuldade, despertando o melhor de cada uma de nós.

*“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre.”*

*(Paulo Freire)*

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....   | 7  |
| <b>2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO</b> .....  | 9  |
| <b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....  | 10 |
| 3.1 Qualidade educacional na rede pública do Brasil.....                          | 10 |
| 3.2 Desafios para uma educação de qualidade.....                                  | 15 |
| 3.3 Papel do pedagogo e suas contribuições para uma educação de<br>qualidade..... | 17 |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....   | 19 |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 21 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 21 |



## DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE EM ESCOLAS PÚBLICAS

Nathalia Marcela da Silva Ferreira

Ruana Mayra da Silva Barbosa

Thayllane Maria Lopes

Prof. Hugo Christian de Oliveira Felix <sup>1</sup>

**Resumo:** A educação é imprescindível para o progresso de um país, como uma mediação para a transformação da sociedade e mudanças na realidade dos sujeitos. A grande contradição se dá pelo fato de que o Brasil apesar de ser um país com potencial de alto investimento em educação, não tem alcançado as expectativas em relação a uma educação de qualidade, sendo preciso superar muitos desafios. O presente artigo pretende investigar os desafios que permeiam a educação pública no Brasil analisando ao longo da história da educação os fatores que conduziram para dificuldades hodiernas. Baseando-se em resultados de pesquisas acerca deste tema. Portanto, para o qual foi utilizada como metodologia a revisão integrativa da literatura atual existente. No alcance dos resultados, constatou-se a existência de diferenças entre a qualidade de ensino no Brasil e entre outros países. Por isto, torna-se necessário, políticas públicas que valorizem não só a parte quantitativa, mas também qualitativa que envolve a melhoria do sistema educacional e o enfrentamento dos desafios existentes.

**Palavras-chave:** Educação pública. Qualidade. Desafios.

### 1 INTRODUÇÃO

Atualmente, sabe-se que ter acesso à educação é direito de todo cidadão brasileiro. E que a família e o Estado possuem um papel indispensável para proporcionar e fornecer, respectivamente, um ensino de qualidade, contribuindo de forma direta na formação dos discentes, segundo a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional Lei N<sup>o</sup> 9.394/1996:

Art. 2<sup>o</sup> A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

---

<sup>1</sup>. Esp. em Gestão Educacional. E-mail: [hugo.christian@grupounibra.com](mailto:hugo.christian@grupounibra.com)

Entretanto, ao longo da história não foi bem assim, desde 1834 garantida a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos, expressada no artigo 179, item 30, da Constituição imperial” (TEIXEIRA, 2015, p.61-62), sabe-se que nem todos exerceram esse direito.

Vale salientar que, em cada época houve marcos e mudanças que contribuíram para avanços e também retrocessos no contexto educacional brasileiro, tais como: criação do Primeiro Plano Institucional educacional brasileiro, por Manuel de Nóbrega; Adoção do Método *Ratum Studiorum* pela Companhia de Jesus; Expulsão dos Jesuítas e implantação das aulas régias pelo Marquês de Pombal. (LIMA, 2019; SOUZA, 2017).

Em sequência, foram realizadas as Reformas na Primeira República; Houve a Criação da Associação Brasileira de Educação; a Criação do Ministério da Educação e da Saúde; O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932; Como também o Golpe de 1937 e a promulgação de outra Constituição causando um retrocesso na educação; e também a Reforma Francisco Campos; e finalmente foi criada em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (LIMA, 2019; SOUZA, 2017).

A educação surgiu a partir da iniciativa privada, através dos Franciscanos no ano de 1533, na Bahia (CUNHA, 2015). Logo após os jesuítas começaram a catequizar os indígenas, os jesuítas recusaram a educação popular e atuavam na formação burguesa dos líderes, a sabedoria do governo; e a catequética dos índios, como uma servidão.

Os anos foram passando e o acesso à educação continuava privilégio da elite e excluía os negros, índios, pobres, deficientes, mulheres do processo de escolarização. (VASQUES; ANJOS; SOUZA, 2019).

Analisando historicamente é possível identificar a colaboração de cada período para a atual realidade educacional (LIMA, 2019). Infelizmente, percebe-se que situações que aconteceram em épocas passadas, continuam se repetindo nos dias de hoje e contribuindo negativamente para a educação brasileira, tais como: “precariedade das instalações físicas e baixa qualidade dos professores, mal preparados e mal pagos” (RANIERI, 2018), assim como era no século XIX.-.

Com o propósito de compreender as principais dificuldades enfrentadas na busca por uma educação efetiva na realidade atual e entender as diferenças entre a qualidade de ensino na educação pública no Brasil e entre outros países, como um parâmetro de comparação nos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), referente à efetivação do ensino.

Além disso, entender a notável disparidade entre a qualidade de ensino em escolas públicas e privadas brasileira, em algumas exceções a pública superar a privada, segundo análises como o Exame Nacional do ensino médio (ENEM) e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Desde então, acentua-se que a educação contribui de maneira direta, proporcionando meios para transformação e sucesso de um país, através da educação é possível proporcionar ao corpo social aprendizagem, adaptação e alteração da realidade.

## **2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, um método que é considerado um dos mais recomendados para se iniciar um estudo por proporcionar uma análise de diferenças e semelhanças entre os artigos pesquisados (SOUSA *et al*, 2017). É uma ferramenta de pesquisa muito importante, pois “permite a análise de subsídios na literatura de forma ampla e sistêmica, além de divulgar dados científicos produzidos por outros autores”. (CERQUEIRA *et al*, 2018). Para a busca dos artigos foram utilizadas as palavras chaves: Educação pública. Qualidade. Desafios.

Na estratégia de busca, foram utilizadas as seguintes bases de dados: Periódicos CAPES, SCIELO e a Plataforma Digital Google Acadêmico. A coleta de dados será realizada nos meses de setembro de 2020 a maio de 2021.

Os seguintes critérios para inclusão foram observados na busca de artigos: artigos completos disponíveis na íntegra em português, inglês e espanhol; publicados sem limite de tempo. E, como critérios de exclusão foram tomados:

dissertações e teses, artigos que abordassem outros aspectos, ou artigos publicados em mais de uma base de dados (duplicata).

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 QUALIDADE EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DO BRASIL

Os primeiros sistemas de ensino passaram a promover uma educação de qualidade exclusiva para os mais bem favorecidos, enquanto que privava a população do direito ao acesso a educação gratuita e de qualidade, sendo impedidos, assim, de exercerem sua cidadania. (SAMPAIO & OLIVEIRA, 2015)

Atualmente, tem-se a generalização do acesso, contudo, na maioria das instituições públicas de ensino falta a qualidade educacional, conforme Pimentel (2019, p. 23-24)

No Brasil, 98,0% das crianças de 6 a 14 anos estão matriculadas no ensino fundamental, cumprindo a meta de universalização deste nível de ensino. Contudo, no ensino médio 70,0% dos jovens de 15 a 17 anos estão na escola, porém só 59,0% concluem esta última etapa da educação básica. Em relação a educação inclusiva houve um aumento de 37, de matrículas em classes comuns, correspondendo a 95,0% na rede pública (IBGE, 2018). O Censo Escolar de 2018 revela que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum também vem aumentando gradativamente, passando de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (BRASIL, 2018). Os desafios estão postos às políticas educacionais para garantir a qualidade da educação na mesma proporção que alcançou a universalização da educação básica.

A educação brasileira tem sido avaliada externamente e internamente. Como mecanismos avaliativos externos temos o PISA, e como internos temos o SAEB, IDEB, ENEM. Dessa forma, “os sistemas educativos deixaram de trabalhar para melhorar a qualidade e a equidade educativa e passaram a trabalhar para o melhoramento dos resultados das avaliações”. (LAIES, 2003, p. 18 *apud* BAUER *et al*, 2015, p. 1374).

Ao participar de avaliações externas como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), no qual o Brasil participa desde a primeira edição, que ocorreu em 2000, o país é avaliado internacionalmente juntamente com outros países do mundo.

Dados do PISA 2018 nos mostram que, por exemplo, “a média de proficiência dos jovens brasileiros em letramento em Leitura no PISA 2018 foi de 413 pontos, 74 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (487)” (BRASIL, 2019,

p.61). Segundo o mesmo relatório 10% dos estudantes com desempenho ruim em letramento e matemática obtiveram 286 e 277 de média de proficiência respectivamente. E em ciências o resultado foi de uma média de proficiência de 292 para os estudantes que apresentaram os resultados mais baixos.

Vale destacar que, dar a devida importância à educação pode explicar o fato da Finlândia apresentar médias de proficiência no PISA 2000 superior a 500 em Letramento, Matemática e Ciências (BASTOS, 2017). Enquanto o Brasil teve como média geral 396 (BRASIL, 2001).

Diferentemente da Finlândia, que valoriza a educação de tal forma que respeita o ensino e os professores, proporciona condições adequadas de trabalho aos docentes, investe na formação dos educadores em pesquisas pedagógicas; No Brasil a educação não tem sido tratada com tal importância. (BASTOS, 2017).

Verifica-se que, quando comparado o rendimento dos alunos da rede pública e privada em avaliações internas como o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, é perceptível uma alta disparidade,

Segundo, tanto para as escolas públicas como privadas, o peso dos "fatores persistentes" na decomposição da variância das notas do ENEM aumenta com o tamanho da escola. No caso das escolas públicas, o peso varia de 39,44% para o primeiro quintil até 84,07% para o quinto quintil. No caso das escolas privadas, esse peso varia de 62,57% para o primeiro quintil até 90,51% para o quinto quintil. (...) Por fim, em todos os quintis, o peso dos "fatores persistentes" é maior para as escolas privadas do que para públicas. No entanto, esta diferença cai com o tamanho da escola. (ANDRADE; SOIDA, 2015, p.271-272).

Ao analisarmos os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, dos anos 2007 a 2019, percebe-se que, tratando-se da média geral no país, nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi atingido por mais vezes as metas projetadas.

Contudo, comparando as médias das escolas públicas e privadas nota-se que os estudantes das escolas públicas conseguiram atingir por mais vezes as metas que foram propostas a cada ano.

Mas, vale destacar que as metas para as escolas públicas são consideravelmente menores em relação às estabelecidas para a rede privada; Por exemplo, em 2019 a meta para os discentes dos anos finais do Ensino Fundamental da escola privada era 7.1, enquanto que para os da pública, média 5.0. (IDEB, 2020).

Em relação à comparação entre discentes das escolas públicas brasileiras,

através de outra importante avaliação interna, que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), percebe-se que a qualidade da educação pública no Brasil sofreu variações e quedas entre os anos de 1995 a 2011.

Podemos exemplificar que, em 1995 os estudantes da até então 4º série do ensino fundamental apresentaram como média de proficiência em Língua Portuguesa 188; em 2001, 165 e em 2011, subiu para 190. Já os do 3º ano do ensino médio tiveram como média em Língua portuguesa em 1995, 290; em 2001 houve um decréscimo para 262 e em 2011 subiu para 267. (ROSA; LOPES & CARBELLO, 2015, p.171).

É importante destacar que as avaliações são feitas normalmente de forma geral. Sendo assim, escolas e estudantes de contextos e realidades sociais distintas são avaliados sobre um mesmo procedimento desconsiderando fatores que influenciam o processo de ensino-aprendizagem nas instituições de ensino. (BAUER *et al* 2015, p.1375).

O Estado ao propor ideologicamente um modelo de educação para a sociedade, tendo influência dos mecanismos internacionais, tem se voltado para a formação de pessoas com a finalidade de abastecer o mercado capitalista. (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017 *apud* SOUSA & SOARES, 2020).

No Brasil, desde 1988, após ser orientado pelos organismos internacionais, as avaliações passaram a exercer um papel fundamental para regulação e compensação dos desempenhos escolares. Passando a ser um instrumento primordial de verificação de desempenho. (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017 *apud* SOUSA & SOARES, 2020).

Diante disso trona-se necessário avaliar o sistema educacional brasileiro como um todo e não apenas na questão dos resultados em exames de verificação de aprendizagem. As políticas públicas também precisam ser avaliadas. De acordo com Arelaro (2017, p. 207):

Há três critérios de avaliação de políticas públicas que são consenso na área de educação: 1) a democratização do acesso, enquanto condição de realização do direito à educação de todos e todas; 2) a qualidade do atendimento, que implica na existência de projeto pedagógico consistente e condições de trabalho dos profissionais do magistério (salário, jornada de trabalho, número de alunos por turma, materiais e equipamentos diversificados) pertinentes à função educacional, como condição de permanência dos alunos no sistema de ensino, e 3) a gestão democrática, princípio educacional e condição de participação dos usuários

na elaboração das propostas de políticas públicas, seu acompanhamento e sua avaliação.

Uma pesquisa feita por Adrião e Pinto (2016) mostrou que a educação pública em algumas escolas municipais brasileiras, aderiu a alguns programas privados em seus sistemas educacionais. Realizou-se uma entrevista com os gestores destas redes municipais de ensino e um dos pontos que visaram identificar foi a proporcionalidade dos novos gastos com a compra dos sistemas privados para com os gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDL).

E um dos pressupostos é que a canalização para os grupos privados representou uma estratégia de privatizar a educação básica brasileira e trouxe ainda mais obstáculos para que seja exercido o direito à educação por todos os seres humanos. (ADRIÃO; PINTO, 2016).

De certo, o processo de mercantilização do ensino público no Brasil, deixou marcas neste setor, quando o privado passou a ter legalidade na definição do conteúdo da educação, e isso se entende como um processo de privatização da educação pública.

Observamos, em parte, o poder público assumindo a lógica do privado na administração pública, através da gestão gerencial e, também, quando abre mão de decidir o conteúdo da educação, repassando essa responsabilidade para as instituições privadas. (PERONI *et al.*, 2019, p.38).

Nesse caso, a propriedade permanece pública, mas a direção do conteúdo das políticas educativas é repassada para o setor privado. As escolas públicas, se democráticas, são influenciadas através da correlação de forças, com processos decisórios não tendo o domínio do produto. Sem dúvida, são instituições de propriedade pública, mas por causa da privatização acabam tornando-se passivas e atuando de forma mecanizada. (PERONI *et al.*, 2019, p.38).

Ainda conforme os autores (ADRIÃO; PINTO, 2016) o direito à educação caracteriza-se em quatro aspectos desenvolvidos pelo Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Humanas (ONU) os quais Tomasevski (2001) propôs e a Recomendação Geral N° 13 da ONU, em 1999, incorporou. Abordam ainda que a primeira característica, disponibilidade, trata-se da necessidade de haver oportunidades suficientes na educação.

Que a segunda, acessibilidade, traz algo a mais em relação a essas oportunidades, que é a asseguaração de que elas sejam acessíveis física e economicamente e que não haja discriminação.

Na terceira característica que é a aceitabilidade, fazem a associação a uma educação “que respeite os direitos humanos e os propósitos públicos, como a cidadania, a redução das desigualdades e a sustentabilidade socioambiental.” (ADRIÃO; PINTO, 2016).

Por último, complementam que o 4º aspecto é o da adaptabilidade, que requer a garantia de uma gestão democrática da educação, a elaboração de propostas pedagógicas que visem o cumprimento dos deveres e a não violação dos direitos.

Os investimentos na infraestrutura escolar também precisam ser analisados, visto que “variáveis referentes à infraestrutura e aos equipamentos escolares estão entre os produtores de bom desempenho”. (VASCONCELOS *et al.*, 2020, p.4). E vale destacar que “estas servem de elementos qualificadores para o processo de ensino-aprendizagem.” (CASTRO, 2018, p.60).

Assim sendo, as condições do espaço físico escolar e de seus equipamentos influenciam na qualidade educacional, como bem afirma Falciano *et al.* (2016,p.899) “a infraestrutura dos estabelecimentos escolares como sendo um dos fatores preponderantes na busca da qualidade na educação infantil, já que temos claro que o espaço físico também educa”. Para análise e avaliação da qualidade é importante saber que, conforme Alves e Xavier (2018, p.714):

a definição de infraestrutura escolar é muito vinculada aos dados empíricos disponíveis. Em geral, as pesquisas consideram a existência dos itens básicos para o funcionamento do prédio (acesso a serviços, banheiros), os espaços educacionais (biblioteca, salas de professores, laboratórios) e de apoio (salas administrativas, espaço para refeições), os recursos pedagógicos (computadores, livros, TV) e a acessibilidade.

A infraestrutura do ambiente escolar deve permitir o acesso a todos, para estar considerando os direitos humanos. Além disso, tanto o PISA, Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, quanto o SAEB são mecanismos



importantes na avaliação desta nas instituições públicas de ensino no Brasil. (ALVES *et al.*,2019).

Analisando-se a infraestrutura das instituições de ensino no Brasil percebe-se disparidades, como bem afirma Castro (2018, p.60):

o caso desigualdades de infraestrutura das escolas brasileiras condicionadas a localização e região, deve-se investigar as possíveis razões que contribuem para tais diferenças, que, uma vez encontradas, passam a ser de interesse das políticas públicas.

Vale salientar que avaliar as políticas, os programas e os planos governamentais, não encerra os problemas que envolvem a busca de uma educação de qualidade, contudo esta é uma ferramenta considerável na melhoria da aplicabilidade dos gastos públicos, para uma gestão de qualidade e para que haja uma fiscalização social da efetividade das ações governamentais. (CENEVIVA e FARAHA, 2012 *apud* CRUMPTON, 2016).

### **3.2 DESAFIOS PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

A educação é um dos pilares que regem a sociedade, Mendes (2010, p.68), certifica que “a educação é de fundamental importância para que os indivíduos tenham capacidade de compreender o contexto social em que estão inseridos e possam responder à altura aos desafios enfrentados pela sociedade”.

De certo, as dificuldades enfrentadas no contexto educacional do país são abrangentes, porém vale destacar que existem aquelas que se apresentam de forma mais regular no sistema educativo.

Segundo os autores a qualidade da educação é um fenômeno complexo, sendo importante ressaltar que:

envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos. (DOURADO & OLIVEIRA, 2009, p. 205 *apud* GIROTTI, 2019, p.6).

No processo de ensino e aprendizagem para obter uma educação de qualidade, é muitas vezes necessário ir além das quatro paredes de uma sala de aula, onde “os professores, nesses novos métodos transformadores, ao invés de ditadores do conhecimento, tornam-se mediadores, facilitadores, agentes

transformadores de mudanças no processo de ensino-aprendizagem.” (SOUTO, 2018, p.23).

Contudo, vale salientar que também é um trabalho conjunto, que ocorre na parceria entre a gestão escolar, os docentes, a família e os discentes. Dourado & Oliveira (2009) *apud* Giroto (2019, p. 6) apontam quatro questões classificadas fundamentais para a construção da qualidade educacional:

- o plano do sistema — condições de oferta do ensino;
- o plano de escola — gestão e organização do trabalho escolar;
- o plano do professor — formação, profissionalização e ação pedagógica;
- o plano do aluno — acesso, permanência e desempenho escolar.

Em suma, ter um ensino de qualidade seria oferecer um ensino efetivo, onde os discentes de fato tenham a oportunidade de adquirir conhecimentos necessários para a sua formação de forma contínua, para o desenvolvimento e evolução do pensamento crítico-reflexivo (FREIRE, 2002).

Através do SAEB, foi possível compreender melhor os fatores que influenciam na qualidade da educação, dentre eles é apresentada a motivação do aluno como um dos principais, mas, também o professor e a instituição de ensino e o ambiente externo contribuem de forma significativa (BARROS, 2019).

Ribeiro & Vóvio (2017, p.82) ancorados no pensamento de Torres *et al.* (2008), aborda que os mecanismos educacionais cooperam para a desigualdade educacional tais como: normas que “fazem com que professores que obtiveram baixa pontuação nos concursos públicos ou que acabaram de ingressar na carreira se dirijam às escolas da periferia”, já em relação ao papel social, corrobora que os discentes oriundos de famílias pobres estão mais interessados na alimentação que na educação proporcionada nas escolas.

Desde então, isso dificulta o trabalho docente, considerando que estes estudantes levam práticas sociais do contexto de onde vivem, tornando a expectativa dos professores em relação à vida futura dos educandos baixa.

No entanto, sabe-se que por outro lado ocorre à falta de qualificação para os docentes e uma grande desvalorização do importantíssimo papel dos professores no Brasil, isso acaba influenciando negativamente na luta por uma educação de qualidade no país.

Além disso, os docentes são pressionados pelas chefias, pelos familiares dos educandos para apresentarem ótimos resultados em relação ao nível de

aprendizagem de seus educandos, porém, são desconsiderados os fatores que influenciam na aprendizagem, o que acaba tornando o trabalho a ser feito estressante e dificultoso, como bem destacou Pinheiro & Gomes Filho (2019).

Por certo, é comum que a educação seja apontada como a solução para todos os problemas, o Brasil apresenta gastos consideráveis na área educacional, quando comparado às outras nações (BARROS, 2019), tal afirmação é intrigante, pois ainda assim o Brasil não tem tido um bom desempenho, sendo assim, existem outros fatores que impedem o avanço do Brasil, pois traz marcas da corrupção na parte administrativa em desvio de verbas e má utilização dos recursos.

### **3.3 PAPEL DO PEDAGOGO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**

O termo pedagogia, juntamente com a concepção do papel do educador, surgiu na Grécia antiga e em Roma, esse papel era entendido como o ato de apenas transmitir os conhecimentos para os discentes, mas com o passar dos anos sua atuação foi aprimorando-se. (ALVAREZ & RIGO, 2018, p.3)

De acordo com Demerval Saviani (2020):

Foi a partir do século XIX que tendeu a se generalizar a utilização do termo “pedagogia” para designar a conexão entre a elaboração consciente da ideia da educação e o fazer consciente do processo educativo, o que ocorreu mais fortemente nas línguas germânicas e latinas anglo-saxônicas. E esse fenômeno esteve fortemente associado ao problema da **formação de professores**. (Grifo nosso)

No século XX, a princípio não havia separação de funções para a atuação dos docentes. Só depois foi compreendendo-se que os professores deveriam atuar de acordo com suas habilidades, então o professor segundo Teixeira (1961, p. 86) que “revele singular aptidão para guiar alunos, para compreender alunos, para entender os problemas de alunos, vai transformar-se no futuro orientador”.

Dessa forma, pode-se dizer que este será um componente fundamental na relação entre os membros da comunidade escolar, facilitando a comunicação e interação entre eles e contribuindo no alcance dos objetivos (SALVADOR NETO, 2016, p.7). E também “co-responsável na tarefa de promover uma relação dialógica entre os princípios presentes no cotidiano escolar e outros que dele poderão fazer

um espaço da aquisição e produção de conhecimentos” (PEREIRA; CZERNISZ, 2007, p.3 *apud* GOMES & BARTALO, 2017).

O pedagogo educacional tem um papel muito importante na instituição de ensino, assim como os demais que cooperam para o bom funcionamento da organização formal. De acordo com Leifeld *et al.* (2016, p.7) o pedagogo tem como função “atuar diretamente no processo formativo dos estudantes, e sua visão deve estar extremamente aguçada para poder detectar os problemas e falhas que estão inerentes a todos aqueles que estão dentro do espaço escolar”.

O ambiente escolar promove muitos desafios, que precisam ser superados quer seja no tocante ao ambiente interno do campo do exercício ou que possuem a necessidade da atuação pedagógica transcender ao ambiente escolar, atingindo campos externos que requerem as suas competências como educador (ALVAREZ & RIGO, 2018).

De acordo com Silva (2016) os pedagogos e docentes não são formados para trabalharem em um ambiente desarmonioso com alunos que não são ideais e quando se deparam com a verdadeira realidade não estão preparados para atuar nessa área. Segundo Pérez-de-Guzmán *et al.* (2011 *apud* VALENTE 2019, p.104), por esta falta em sua formação estes ficam desprovidos de estratégias para gerir e solucionar conflitos na convivência com os discentes.

Com a qualificação adequada, o pedagogo será um agente fundamental não apenas na resolução de conflitos, como também na superação de dificuldades de aprendizagem, no planejamento, na definição de objetivos e para a prática de ações que visam à melhoria da qualidade de uma instituição de ensino. Conforme Alves & Cabral (2020, p.119) existem “três eixos norteadores de uma educação de qualidade: o acesso, a participação e a aprendizagem efetivas de todos os alunos” e o pedagogo escolar atua diretamente nos dois últimos eixos cooperando para a qualidade educacional.

O pedagogo institucional contribui para uma educação mais democrática, pois “nesse processo de construção da educação democrática e pública de qualidade, ressaltamos a importância de ressignificação do trabalho do educador ao se deparar

com a necessidade de superar os limites da educação atual.” (NOBRE e MENDOÇA, 2016).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil, ainda existe muita desigualdade entre os brasileiros. Desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero e regional, que podem ser originárias de uma desigualdade ainda maior, a desigualdade educacional. Infelizmente, esta tem marcado a história do país desde o início.

Há muito tempo é discutida a questão da qualidade de ensino nas escolas e em especial na escola pública. Ao observar a situação do Brasil nas últimas décadas, podemos perceber que, em questão de qualidade na educação pública o país tem apresentado em avaliações internacionais como o PISA (2018) resultados bem baixos quando comparado com outros países do mundo, ou de maneira interna entre as escolas públicas e privadas nacionais, de avaliações como o IDEB ou ENEM.

Atentando para os dados apontados o rendimento do Brasil pode ser visto como “raso”, tendo em vista que, existem várias circunstâncias e obstáculos que precisam ser superados, ou seja, ter uma educação de qualidade e de forma igualitária ainda é um fator árduo para ser alcançado, sendo assim consideramos que a evolução da qualidade de ensino no Brasil segue a passos lentos.

Ao longo da história são perceptíveis as mudanças que ocorreram ao longo do tempo. Nos dias de hoje, políticas públicas proporcionaram um maior acesso aos excluídos à educação, porém, não atingiu de forma efetiva a todos, mesmo dispondo de grandes recursos financeiros e competências como um país em desenvolvimento para propor metodologias educacionais que favoreçam o processo educativo.

Desse modo, podendo ser considerados fatores de grande importância para a potencialização no sistema educacional e obter progressos no processo de ensino e aprendizagem, quer seja uma rede de ensino governamental e/ou municipal. .

No tocante ao sistema de avaliação brasileiro, ao analisar, é possível entender as limitações impostas dos saberes nas aplicações das avaliações, ou seja, a realização de uma avaliação e conseqüentemente as notas obtidas não são

suficientes para obter uma resposta exata dos conhecimentos e o desempenho dos discentes de forma justa.

Podemos considerar que a educação é imprescindível para a formação integral do sujeito. A busca pela aprendizagem e a efetivação desse processo desencadeia meios para a transformação do sujeito em si, e, de forma conjunta, na sociedade e Souto (2018) destaca como uma missão com barreiras a serem superadas.

Desde então, foram apresentados diversos desafios que permeiam os âmbitos educacionais brasileiros de um modo geral. Quer sejam ligados a carências nas áreas socioeducativas, déficit na assistência parental e social, limitações nos espaços educacionais, falta de investimentos nos recursos e escassez em capacitações necessárias para os docentes, entre outros, no qual Pinheiro & Gomes Filho (2019) fala com clareza.

Para enfrentá-los é preciso à parceria e colaboração entre todos os envolvidos (Estado, famílias, escolas, discentes, docentes, sociedade...), conforme destacou Dourado & Oliveira (2009) *apud* Giroto (2019, p. 6) como agentes importantes no cumprimento dos deveres distintos, a fim de alcançar cada vez mais os direitos integralmente necessários.

Um dos principais desafios que dificulta o trabalho do pedagogo são a questão da violência escolar e os conflitos que surgem. O pedagogo pode ser considerado como um dos indispensáveis profissionais mediadores no processo de ensino-aprendizagem, a dedicação do mesmo é capaz de proporcionar meios para o avanço educacional e também mudanças nos contextos socioeducativos.

A partir disso, torna-se de extrema importância conscientizar a sociedade brasileira acerca dos desafios presentes na realidade escolar atual, para que segundo Freire (2002) seja formada uma geração crítico-reflexiva que lute pelos seus direitos, como também profissionais que cumpram seu papel de forma transformadora e políticos que deem importância à educação como impulsionadora do progresso de um país em vez de restringi-la, a fim de manipular eleitores em benefício próprio.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho estudo foi possível concluir que o sistema público de ensino brasileiro conseguiu universalizar o acesso à educação, mas este precisa superar os desafios para garantir a qualidade educacional.

Para tanto, os mecanismos de avaliação podem orientar as ações governamentais no processo de melhoria, desde que o foco não esteja apenas em resultados quantitativos e sim, qualitativos principalmente. O reconhecimento da importância do papel do pedagogo como agente fundamental, o investimento efetivo, a promoção de políticas públicas eficientes, contribuirão para a qualidade da educação pública brasileira.

Esse estudo compara a realidade da educação pública no Brasil com a de outros países (da OCDE), através da análise dos dados de médias de proficiência obtidos no PISA, desde o ano 2000, ano de sua fundação e ano que o Brasil começou a participar deste mecanismo internacional de avaliação.

Vale salientar que, não foi totalmente finalizado e definitivo, mas gerará novas possibilidades para pesquisas acerca deste tema e trará contribuições importantes para (o meio acadêmico e/ou a sociedade brasileira).

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PINTO, J. M. R. Privatização da educação na América Latina: estratégias recentes em destaque. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 37, n. 134, p.11-15, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jbTnRBZDYBzC46kc4wMbhkP/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ALVAREZ, A.; RIGO, M. Pedagogia em ação: O papel do pedagogo e suas diversas atuações. **Tec senac**, Rio de Janeiro, v.44, n.2, p.1-17, 2018. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/694>. Acesso em: 24 mar. 2021.

ALVES, M. T. G. A.; XAVIER, P.F. Indicadores multidimensionais para avaliação da infraestrutura escolar: o ensino fundamental. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v.48, n.169, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742018000300708](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742018000300708). Acesso em: 20 abr.2021.

ALVES, M. T. G. *et al.* Modelo conceitual para avaliação da infraestrutura escolar no ensino fundamental. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Brasília, v.100, n.255, 2019. Disponível em:

<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3734>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ANDRADE, E.; SOIDA, I. A qualidade do ranking das escolas de ensino médio baseado no ENEM é questionável. **Estud. Econ**, São Paulo, v.45, p. 253-286, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010141612015000200253&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010141612015000200253&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 21. nov. 2020.

ARELARO, R. G. Avaliação das políticas de educação infantil no Brasil: avanços e retrocessos. **Zero- a -seis**, São Paulo, v.19, n. 36, p. 206-222, 2017. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=lisete+regina+gomes+arelaro&oq=Lisete+regin#d=gs\\_qabs&u=%23p%3D4rzw3QXJq0EJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=lisete+regina+gomes+arelaro&oq=Lisete+regin#d=gs_qabs&u=%23p%3D4rzw3QXJq0EJ). Acesso em: 18 maio.2021.

BARROS, Marcelo Apolonio Dualibe. **Avaliação de impacto de políticas públicas: Uma análise do programa de investimento em infraestrutura escola digna no Maranhão no período de 2015- 2017**. Dissertação: (mestrado profissional em administração pública-MAP) - Escola Brasileira de administração públicas e de empresas, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/28556>. Acesso em: 23. out. 2020.

BASTOS, R.M.B. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. **Revista Brasileira de Educação**, Fortaleza, v. 22, n. 70, jul.-set., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v22n70/1809-449X-rbedu-22-70-00802.pdf>. Acesso em: 16. out. 2020.

BAUER, A. *et al.* Avaliações em larga escala: uma sistematização do debate. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1367-1382, dez., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41nspe/1517-9702-ep-41-spe-1367.pdf>. Acesso em: 23.out.2020.

BRASIL (2001). PISA 2000. Relatório Nacional. Brasília, DF: INEP/MEC. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/PISA+2000+-+Relat%C3%B3rio+Nacional/e050a3a8-cf8a-4672-bd3b-43897c71518f?version=1.2>. Acesso em: 23 out. 2020.

BRASIL (2019). PISA 2018. Relatório Nacional. Brasília, DF: INEP/MEC. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio\\_PISA\\_2018\\_preliminar.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_PISA_2018_preliminar.pdf) . Acesso em: 23. out. 2020.



BRASIL/MEC. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

CASTRO, E.S. A. **A Infraestrutura escolar brasileira como indicador brasileiro para políticas públicas e para um padrão de qualidade em educação.** Doutorado (Pós-graduação em desenvolvimento, sociedade e cooperação internacional). Centro de estudos avançados multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2018. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34625/1/2018\\_ElianiceSilvaCastro.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34625/1/2018_ElianiceSilvaCastro.pdf). Acesso em: 20 abr. 2021.

CERQUEIRA, A. C. D. R. *et al.* Revisão integrativa da literatura: sono em lactentes que frequentam creche. **Revista brasileira de enfermagem**, [S. l.], v.2, n.71, p.453-60, 2018. Disponível em: [https://www.scielo.br/pdf/reben/v71n2/pt\\_0034-7167-reben-71-02-0424.pdf](https://www.scielo.br/pdf/reben/v71n2/pt_0034-7167-reben-71-02-0424.pdf). Acesso em: 19. nov. 2020.

CRUMPTON, C. D. Avaliação de políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos: análise de pesquisa nos últimos 10 anos. **Adm pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n.6, p.981-1001, 2016. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&q=avalia%C3%A7%C3%A3o+de+pol%C3%ADticas+p%C3%BAbllicas+no+Brasil+e+nos+Estados+Unidos&btnG=#d=gs\\_qabs&u=%23p%3DjDbe0Ia9rD0J](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=avalia%C3%A7%C3%A3o+de+pol%C3%ADticas+p%C3%BAbllicas+no+Brasil+e+nos+Estados+Unidos&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DjDbe0Ia9rD0J). Acesso em: 3 abr.2021.

CUNHA, A. E. **A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PRIVADA BRASILEIRA E O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO DA LIVRE INICIATIVA.** [S.l.: s.n.], 2015. Disponível em: [http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A\\_HISTRIA\\_DA\\_EDUCAO\\_PRIVADA\\_BRASILEIRA\\_E\\_O\\_PRINCICIO\\_DEMOCRATICO\\_DA\\_LIVRE\\_INICIATIVA.pdf](http://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/A_HISTRIA_DA_EDUCAO_PRIVADA_BRASILEIRA_E_O_PRINCICIO_DEMOCRATICO_DA_LIVRE_INICIATIVA.pdf). Acesso em: 17. set. 2020.

FALCIANO, B.T.; SANTOS, E.C.; NUNES, M.F.R. Infraestrutura escolar: um critério de comparação da qualidade na educação infantil. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, v.27, n.66, p. 880-906, 2016. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/eae/article/view/4021/3276>. Acesso em: 20 abr.2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa.** ed. 25. São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: [http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4%20Freire\\_P\\_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/4%20Freire_P_%20Pedagogia%20da%20autonomia.pdf). Acesso em: 05. nov. 2020.

GIROTTTO, E. D. Debates & polêmicas: pode a política pública mentir? A base nacional comum curricular e a disputa da qualidade educacional. **Educ. Soc.**,

Campinas, v.40, p. 1-21, set, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/es0101-73302019207906>. Acesso em: 28. set. 2020.

GOMES, M.C.; BARTALO, C. Competência em informações de profissionais da pedagogia. *In*: XVII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2017, Marília. **Anais**. ANCIBE. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125022%23~:text%3DO%2520estudo%2520das%2520compet%25C3%25A2ncias%2520profissionais,quais%2520atividades%2520tais%2520necessidades%2520surgem.&ved=2ahUKEwjc\\_rj3KnxAhUWq5UCHQKCDoMQFjABegQIAxAG&usg=AOvVaw2R5UCmLymNqnX0MXCT8c-a](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://brapci.inf.br/index.php/res/download/125022%23~:text%3DO%2520estudo%2520das%2520compet%25C3%25A2ncias%2520profissionais,quais%2520atividades%2520tais%2520necessidades%2520surgem.&ved=2ahUKEwjc_rj3KnxAhUWq5UCHQKCDoMQFjABegQIAxAG&usg=AOvVaw2R5UCmLymNqnX0MXCT8c-a) Acesso em: 20. abr. 2020.

IDEB\_ Índice de Desenvolvimento da educação básica, 2005-2019. Dados disponíveis em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 23. out.2020.

LEIFELD, D. A. A.; ALMEIDA, L. ALMEIDA, R.F. **O Pedagogo Social na educação contemporânea**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) - Instituição de Ensino Superior Sant'ana, Ponta Grossa, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/cce%20win/Downloads/66-Texto%20do%20artigo-154-1-10-20170323%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cce%20win/Downloads/66-Texto%20do%20artigo-154-1-10-20170323%20(1).pdf). Acesso em: 23. out. 2020.

LIMA, Walquiria. **Educação na era Vargas**: Manifesto dos pioneiros da educação nova(1930-1937). Dissertação (Licenciatura em pedagogia) - Universidade federal da Paraíba, João Pessoa/pb, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/16262>. Acesso em: 23. set.2020.

Mendes, Maria Socorro dos Santos. Qualidade de ensino na escola pública: desafios e (im)possibilidades. **Psicologia: Ensino & Formação**, v.1, n.2, p. 61-71, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pef/v1n2/v1n2a06.pdf>. Acesso em: 26. ago. 2020.

NOBRE, J. A.; MENDONÇA, S. **Desafios para a educação democrática e pública de qualidade no Brasil**, Curitiba: Appris Ltda, 2016. *Ebook*. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=3VKoDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=desafios+para+uma+educa%C3%A7%C3%A3o+de+qualidade&ots=Q9pEaWTPrQ&sig=GpndqKfrrq5LQJRgQXcfHv1ju1l&redir\\_esc=y#v=onepage&q=desafios%20para%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualidade&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=3VKoDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT6&dq=desafios+para+uma+educa%C3%A7%C3%A3o+de+qualidade&ots=Q9pEaWTPrQ&sig=GpndqKfrrq5LQJRgQXcfHv1ju1l&redir_esc=y#v=onepage&q=desafios%20para%20uma%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20qualidade&f=false). Acesso em: 20 abr. 2021.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? Brasília: **Retratos da Escola**, v.9, n.17, p.337-352, jul/dez.2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em 17. set. 2020.

PERONI, V.M.V.; CAETANO, M.R.; ARELARO, L.R.G. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. **Bbpal**, [S.l], v.35, n.1, p.35-36, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em: 20 abr.2021

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na agenda 2030 da ONU. **Revista interdisciplinar em educação e pesquisa**, Brasília-DF, v.1, n.3, p. 22-33, 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/93094/52791>. Acesso em:20 abr.2021.

PINHEIRO, J. V.; GOMES FILHO, A.S. A Importância da Gestão de Pessoas nas Escolas Privadas: Um Estudo Bibliográfico. **Rev. Mult. Psic.**, v.13, n. 48, Suplemento 1, p. 101-108, Dez./2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/viewFile/2240/3426> Acesso em: 16. out.2020.

RANIERI, N. B. S.; ALVES, A. L. A. (Org.). **Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar**. São Paulo: Cátedra UNESCO de Direito à Educação/Universidade de São Paulo (USP), 2018. Disponível em: <http://portalods.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Direito-%C3%A0-educac%C3%A7%C3%A3o-e-direitos-na-educac%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 19. set. 2020.

RIBEIRO, V. M.; VÓVIO, C.L. Desigualdade escolar e vulnerabilidade social no território. **Educar em Revista**, Curitiba, Edição Especial, n. 2, p. 71-87, set. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602017000600071&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010440602017000600071&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 23. out. 2020.

ROSA, C.M.; LOPES, N.F.; CARBELLO, S.R.C. Expansão democratização e a qualidade da educação básica no Brasil. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.13, n.1, p.162-179, jan/jun. 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/35982/18642> Acesso em: 21.nov.2020.

SALVADOR NETO, A.C. **O Papel do pedagogo na escola pública e a sua influência para a melhoria da qualidade da educação do Colégio Estadual Jardim Santa Cruz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em

Coordenação Pedagógica, Setor de Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em:

<https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53070/R%20%20E%20%20ANTONIO%20CRISTOVAM%20SALVADOR%20NETO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23. out. 2020.

SAMPAIO, G.T.C.; OLIVEIRA, R.P. Dimensões da desigualdade educacional no Brasil. **Periódico Científico**: RBPAAE - v. 31, n. 3, p. 511 - 530 set./dez. 2015.

Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/60121/37016>. Acesso em: 16.out.2020.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas: Autores associados, 2020. *E-book*. Disponível em:

[https://www.google.com.br/books/edition/A\\_pedagogia\\_no\\_Brasil/nh3\\_DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/A_pedagogia_no_Brasil/nh3_DwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover). Acesso em: 27 mar. 2021.

SILVA, Cleonice. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor pde: produções didático – pedagógicas. O papel do pedagogo escolar na mediação de conflitos. **Dois vizinhos**, v. 2, p. 1-48, 2016. Disponível em:

[http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_unioeste\\_cleonicepreilipperdasilva.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_unioeste_cleonicepreilipperdasilva.pdf). Acesso em: 28 mar. 2021.

SOUSA, L. M. M. *et al.* A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. **Revista investigação em enfermagem**, v.2, n.21, p.17-26. 2017.

Disponível em: <http://www.sinaisvitalis.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>. Acesso em: 19. nov.2020.

SOUSA, M. L. I.; SOARES, L. V. Avaliação educacional ou política de resultados?. **Educação e formação**, Fortaleza, v.3, n.3, p.2951, 2020. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as\\_sdt=0%2C5&q=avalia%C3%A7%C3%A3o+educacional+ou+pol%C3%ADtica+de+resultados%3F&btnG=#d=gs\\_qabs&u=%23p%3DWkQHN\\_Kq\\_mkJ](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=avalia%C3%A7%C3%A3o+educacional+ou+pol%C3%ADtica+de+resultados%3F&btnG=#d=gs_qabs&u=%23p%3DWkQHN_Kq_mkJ). Acesso em: 3 mar.2021.

SOUTO, M.J.R. **O universo da leitura além das quatro paredes: uma possibilidade de inovação pedagógica?**.2018. Dissertação( Mestrado em ciências da educação), Faculdade de ciências sociais, Universidade de madeira, Funcha, 2018. Disponível em:

<https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2336/1/MestradoJuliaSouto.pdf>. Acesso em: 20 abr.2021.

TEIXEIRA, A.L.F. Um Breve Histórico da Educação Brasileira: sob o signo da precariedade. **Encontros**, Rio de Janeiro, ANO 13, n. 24, 2015. Disponível em: <https://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/encontros/article/view/417>. Acesso em: 19. Set. 2020.

TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.36, n.84, 1961. p. 84-89. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/quee.html>. Acesso em: 21. nov. 2020.

VALENTE, Sabrina. Influência da inteligência emocional na gestão de conflito na relação professor-aluno(s). **Revista de estudos e investigación en psicología y educacion**, Portugal, v.6, n.2, p.101-113, 2019. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/SabinaValente/publication/337669743\\_Influencia\\_da\\_inteligencia\\_emocional\\_na\\_gestao\\_de\\_conflito\\_na\\_relacao\\_professoralunos/links/5de413824585159aa45a01bf/Influencia-da-inteligencia-emocional-na-gestao-de-conflito-na-relacao-professor-alunos.pdf](https://www.researchgate.net/profile/SabinaValente/publication/337669743_Influencia_da_inteligencia_emocional_na_gestao_de_conflito_na_relacao_professoralunos/links/5de413824585159aa45a01bf/Influencia-da-inteligencia-emocional-na-gestao-de-conflito-na-relacao-professor-alunos.pdf). Acesso em: 01 abr. 2021.

VASCONCELOS, J.C. *et al.* Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/w9HwRXMQ3FVZ9fzJJKBqLLt/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Rio de Janeiro: **Educação Pública**, v. 19, n. 16, ago. 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/16/politicas-publicas-para-a-educacao-de-jovens-e-adultos-eja>. Acesso em: 19. set. 2020.

## **NORMAS PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO CIENTÍFICO**

**NBR 14724:2011** – TRABALHOS ACADÊMICOS

**NBR 6028:2008** – RESUMO

**NBR 6027:2007** – SUMÁRIO

**NBR 6024:2003** – NUMERAÇÃO PROGRESSIVA DAS SEÇÕES DE UM DOCUMENTO ESCRITO

**NBR 6023:2018** – REFERÊNCIAS

**NBR 10520:2002** - CITAÇÕES

